

A aula de música na sala de recursos: uma experiência de estágio supervisionado

Sheila Cristina Escudeiro Hernandes Dias
Universidade Estadual de Maringá
Sheila_hernandes@ibest.com.br

Vânia Gizele Malagutti
Unicesumar – Centro Universitário de Maringá
vmalagutti@hotmail.com

Resumo: Este texto consiste em um relato da prática do estágio supervisionado em música. As aulas têm sido desenvolvidas com uma aluna do 6º ano do ensino Fundamental II que possui a Síndrome de Sturge-Weber e o objetivo deste artigo é apresentar os resultados parciais obtidos nessa experiência. As aulas são realizadas no contra turno escolar da estudante e é desenvolvida na Sala de Recurso. A sala de recurso é um espaço proporcionado aos alunos que possuem necessidades especiais para que possam apreender os conteúdos que são oferecidos no ensino regular. O objetivo das aulas de música é proporcionar conhecimentos musicais utilizando-se como instrumento principal a flauta doce.

Palavras chave: Flauta doce, inclusão, estágio supervisionado.

Introdução

Este relato traz experiências relacionadas ao desenvolvimento do estágio obrigatório da disciplina de Estágio Supervisionado II do Curso de Música com habilitação em Educação Musical da Universidade Estadual de Maringá – UEM. A prática pedagógica tem sido desenvolvida ao longo do ano de 2014, no Colégio Estadual Alberto Jackson Byington Junior, em Maringá, atendendo a uma aluna do 6º ano, com 15 anos de idade, que possui a Síndrome de Sturge-Weber. As aulas têm sido realizadas no contra turno escolar, já que como é considerada uma aluna de inclusão, além de estudar em uma turma com menos alunos, ela frequenta também as aulas no contra turno escolar, tendo o apoio de uma professora especialista em Educação Especial.

A escola está localizada em um bairro considerado de classe alta da cidade, entretanto, recebe alunos oriundos de bairros periféricos. Oferece o ensino fundamental II e o ensino médio, atuando nos três períodos: manhã (com ensino fundamental II e Médio), tarde (apenas com ensino fundamental) e Noite (apenas com ensino médio). O colégio ainda possui programas como o Segundo Tempo, que oferece atividades esportivas no contra turno escolar,

o Celem¹, que oferece aulas de Espanhol no período noturno, a Sala de Apoio, que proporciona aos alunos com dificuldade de aprendizado um reforço escolar em contra turno, e a Sala de Recursos, que oferece, também em contra turno, atendimento especializado para alunos com deficiência.

É no contexto da Sala de Recursos que as aulas de música têm sido realizadas. São aulas semanais, com duração de 50 minutos, tendo como objetivo apresentar diversos conteúdos musicais utilizando como instrumento principal a flauta doce. A escolha pela flauta doce se deu pelo fato de que na disciplina de Arte do ensino regular esse instrumento também é utilizado.

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados parciais obtidos durante as aulas que já foram dadas no primeiro semestre de 2014, refletindo sobre as práticas realizadas e as dificuldades encontradas.

As características da aluna: Síndrome de Sturge-Weber (SSW)

Segundo Silva (2013), a Síndrome de Sturge-Weber é uma rara condição congênita de desenvolvimento caracterizada pela tríade de malformação capilar dérmica (mancha de vinho do porto, na distribuição do primeiro ramo do nervo trigêmeo), malformação vascular ipsilateral do sistema nervoso central (angiomatose do leptomeninge) e malformação vascular da coróide ocular, que é associada com o glaucoma.

Esta síndrome ganhou esta nomenclatura devido à homenagem a Sturge, que em 1879 que relatou características dessa deficiência. Estudos mostram que esta síndrome é causada pela persistência de um plexo vascular ao redor da porção cefálica do tubo neural, e também decorrente de um defeito de desenvolvimento nos primeiros meses de gestação.

Segundo Santos e Cavalheiro (2010), calcula-se que a síndrome completa ocorre na população em geral na proporção de 1:230.000. Ela é diagnosticada após o nascimento, através de ataques apopléticos acompanhados por uma mancha na testa e na pálpebra superior de um dos lados da face.

A SSW pode ser compreendida a partir de:

- ectasias de leptomeninge e coróide, com ou sem calcificações;
- envolvimento ocular;

¹ Centro de Línguas estrangeiras Modernas

- hemangioma plano em distribuição trigeminal.

Esta síndrome manifesta convulsões entre 70% a 90% dos casos de SSW, pois o desenvolvimento neurológico pode ser afetado nos casos de comprometimento intracraniano bilateral. Dessa forma, deve ter acompanhamento neurológico para o tratamento das convulsões, ataques apopléticos e também tratamento com oftalmologista para pesquisa de glaucoma. Em alguns casos, a SSW, pode trazer fraqueza nos músculos e decorrente a isso, poderão vir a ter demoras no desenvolvimento e retardamento mental.

Diante desse diagnóstico, a aluna possui algumas das características apresentadas acima, como o envolvimento ocular², fraqueza em alguns músculos dos membros superiores e inferiores (mãos e a marcha no andar), dificuldade para falar e apresenta características que indicam deficiência intelectual, embora a equipe da escola ainda não tenha um diagnóstico fechado sobre isso. Embora esteja no 6º ano, ainda não está alfabetizada, estando numa fase escolar referente ao 1º ano do ensino fundamental I. Apresenta um bom relacionamento interpessoal, tanto com os colegas quanto com os professores.

Com tem sido a inclusão da aluna no ensino regular.

Como afirma Ferreira (2005), incluir significa fazer parte da comunidade da escola, ser reconhecido como um membro da comunidade escolar, ter as mesmas oportunidades que os outros alunos e ser tratado como um igual, um par. Nessa visão de inclusão, a escola regular é um local preferencial para se promover a aprendizagem e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Nessa perspectiva, para receber a aluna na escola, algumas medidas foram adotadas para que seu atendimento pudesse ter a melhor qualidade possível. Segundo a Deliberação 02/2003 aprovada no estado do Paraná, para assegurar a inclusão os estabelecimentos de ensino devem prever e prover as seguintes ações:

I. acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes;

II. professores e equipe técnico-pedagógica habilitados ou especializados;

III. apoio docente especializado, conforme a oferta regimentada;

²O envolvimento ocular consiste na inflamação da parte média ou posterior do olho (uvea) incluindo a íris. A íris é a estrutura que dá a cor ao olho; e que controla a abertura da pupila, regulando a quantidade de luz que entra no olho.

IV. redução de número de alunos por turma, com critérios definidos pela mantenedora, quando estiverem nela incluídos alunos com necessidades educacionais especiais significativas os quais necessitam de apoios e serviços intensos e contínuos;

V. atendimento educacional especializado complementar e suplementar;

VI. flexibilização e adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica da escola;

VII. projeto de enriquecimento curricular e de aceleração para superdotados;

VIII. oferta de educação bilíngue (PARANÁ, 2003, p. 2).

Algumas das ações citadas acima já haviam sido realizadas na escola antes da chegada aluna, como a adaptação da estrutura física – banheiro adaptado para cadeirantes e rampas de acesso com corrimão. Com a chegada da estudante, houve a diminuição do número de alunos da sala em que ela estuda, sendo mantido o máximo de 20 crianças. Busca-se que o atendimento a ela seja melhor direcionado com o número menor de alunos.

Enquanto estava no ensino fundamental I, na escola municipal, pelas informações obtidas ela não freqüentava nenhum programa especial de ensino. Quando neste ano fez a troca de escola, já foi encaminhada para a Sala de Recursos.

A Sala de Recurso consiste em um espaço presente nas escolas estaduais do Paraná e que não deve ser confundido com a sala de reforço escolar ou de repetição de conteúdos que são dados na classe comum em que o aluno estuda. Esse espaço oferece serviços de apoio pedagógico especializado que são feitos no contexto da sala de aula ou em contra turno por um professor especialista em Educação Especial. A sala de recurso tem o objetivo de possibilitar todo o acesso e a complementação do currículo que o aluno precisa, mas de uma maneira individual e com outras formas de auxílio pedagógico. Este serviço se destina para os alunos:

- com deficiência mental, visual, física, neuromotora e surdez;
- com condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psicológicos graves e psiquiátricos;
- das altas habilidades e superdotação. (PARANÁ, 2003)

Para que o aluno seja encaminhado a uma sala de recurso, é necessária uma avaliação, sendo o atendimento realizado no contexto do ensino regular pelos professores da classe comum, professor especializado, pedagogo da escola, com assessoramento de uma equipe

multiprofissional externa e equipe do Núcleo Regional de Educação (NRE) que é orientado pela Secretaria de Educação SEED/DEEIN.

A professora da sala de recursos deve elaborar um planejamento pedagógico individual com a metodologia e estratégias diferenciadas, organizando de forma a atender as intervenções pedagógicas que foram propostas em sala de aula.

A aluna em questão frequenta essa sala três vezes por semana no contra turno escolar. Ela é acompanhada até a escola pela sua mãe, que é bastante participativa no processo.

Diante disso, é importante observar que a inclusão é um processo que envolve a escola, os alunos, os funcionários e a família, refletindo em toda a comunidade escolar. Como corrobora Fernandes (2005), a educação inclusiva não é fruto apenas da prática pedagógica em sala de aula, mas sim de diversos fatores que possibilitam uma aprendizagem de qualidade para alunos com ou sem necessidades educacionais especiais.

Diante da inclusão, todo o processo necessita ter uma constante avaliação, seja da educação proporcionada, qualidade dos serviços, escola e também do profissional. Dessa forma, Carvalho (2001) afirma que não há que se perder de vista a necessidade de um trabalho conjunto e interligado que se concretize interdisciplinarmente na aprendizagem da criança, de modo a não se caracterizarem dois processos distintos e desvinculados, ou seja, duas “educações”: a regular e a especial.

A educação inclusiva, segundo Moriña (2004 apud DÍEZ, 2010), concebe-se como um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão, procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos.

As aulas de Música

O objetivo do estágio é de proporcionar a essa aluna os conhecimentos musicais utilizando-se da flauta doce. As aulas possuem atividades diversificadas, buscando estimular além da execução musical na flauta, a afinação vocal, dicção, exploração sonora, práticas musicais com instrumentos de percussão, com o corpo e com materiais alternativos, apreciação e criação musical.

O colégio não possui aula de música na grade curricular, mas a professora da disciplina de Arte é graduada em Licenciatura em Educação Musical. Por isso a turma tem em seu planejamento bastante conteúdos da área de música. A ideia é que esses conteúdos que

são abordados na aula de Arte, sejam aplicados também de maneira individual com a aluna, buscando a efetiva compreensão.

As aulas seguem uma rotina (aquecimento vocal e dicção, práticas musicais com a flauta doce e apreciação musical). No início do estágio, em todas as aulas eu me programava para levar uma música diferente para a ampliação do repertório. Entretanto, como aparentemente a aluna assiste muito TV, seu repertório e suas preferências se restringiam muito ao repertório que fazem parte das novelas apresentadas na atualidade.

Na maioria das aulas, quando eu começava a falar de determinada música, ela já me interrompia e falava de música e cenas que ela havia assistido na novela. Algo positivo foi que, como ela assistia a uma novela que tinha um personagem que tocava flauta, isso a motivava a se relacionar mais com o instrumento.

Diante disso, tive que modificar meu posicionamento e passar a olhar o repertório sob outra perspectiva – a perspectiva da aluna. A partir daí, a escolha do repertório busca sempre contemplar o cotidiano da estudante. Como afirma Souza (2000), ao aproximar a aula de música do mundo vivido, a aula de música se torna mais significativa. Nesse sentido o planejamento é elaborado buscando contemplar o repertório que ela gosta, além de contemplar outras músicas para que ela amplie o seu repertório. Essa troca tem sido bastante saudável, já que como professora preciso ser flexível em meu planejamento e, por outro lado, a aluna tem mostrado um maior interesse pelo repertório que levo.

O ensino de flauta doce tem sido um desafio, já que ela tem dificuldades em reter informações. Ela gosta muito e se identifica com o instrumento, consegue localizar cinco notas agudas (sol, lá, si, dó e ré) e fazemos muitas coisas por meio da repetição. Entretanto, meu desafio é ensiná-la a ler partitura. Mesmo com 16 anos ainda não é alfabetizada e seus conhecimentos gerais são comparados a alunos do 1º ano do ensino fundamental I. Assim, tenho buscado alternativas para facilitar a sua compreensão da notação musical. Usar materiais que sejam mais palpáveis e coloridos foi uma estratégia para isso, já que há bastante dificuldade em memorizar os conteúdos.

Utilizei a partitura colorida como estratégia. Ela escolheu uma cor para cada nota musical e a partir desta estratégia conseguimos inserir a partitura musical. Hoje estou tentando tirar aos poucos o colorido das notas para que ela possa ler a partitura convencional. É

importante destacar que, embora utilizemos esses materiais coloridos, há um cuidado para não infantilizar os materiais, já que se trata de uma adolescente.

Para trabalhar com pulso, temos feito diversos exercícios com o corpo e instrumentos de percussão. Estes exercícios estão presentes praticamente em todos os planos de aula e, como uma das características da síndrome é a fraqueza muscular, ela apresenta dificuldade motora para realizar algumas ações, tendo movimentos mais lentos. Dessa forma, é necessário bastante treino e repetição para que, além de internalizar o movimento, ela consiga executá-lo. Fazemos exercícios que exigem a caminhada no pulso, dança, jogos de mãos, além de tocar músicas utilizando instrumentos de percussão.

Até o momento, é possível perceber uma melhora da questão rítmica nos repertórios apresentado e também do repertório que são tocados com a flauta doce. A aluna já consegue tocar pequenos trechos de música sozinha dentro do ritmo. Esses resultados também têm sido verificados nas aulas de arte, pois tem conseguido participar satisfatoriamente de práticas musicais que exigem que o pulso seja mantido.

De maneira geral, as aulas têm apresentado resultados satisfatórios. Os resultados nem sempre aparecem rapidamente, mas é necessário um trabalho que reforce as potencialidades da aluna e a ajude a superar as dificuldades apresentadas nas aulas coletivas do ensino regular. Como professora, tem sido bastante importante as reflexões acerca de como lidar com o repertório e de elaborar estratégias para o ensino. Embora eu já tenha experiência em trabalhar com alunos com deficiência, é importante ressaltar que “cada deficiência é um universo de desafios. Por isso, sem o prévio conhecimento das limitações de determinada deficiência, fica complicada a escolha da melhor linha de ação diante dela” (LOURO, 2012, p. 181).

Além disso, penso que a área de educação musical precisa de ações que contemplem a esse público. Como afirma Soares (2010, p. 9)

Cabe ao professor de música ampliar seus próprios horizontes, pois não basta saber música para poder ensinar música. Considerando a perspectiva da Educação Inclusiva, também cabe ao professor buscar conhecimento nesta área, entendendo que é seu papel garantir a permanência e oferecer um ensino de qualidade para todos. (SOARES, 2010, p. 9).

Referências

CARVALHO, Rosita, E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial**. Curitiba: IBEPEX, 2005.

LOURO, Viviane dos Santos. A formação docente musical diante da inclusão. In: JORDÃO, Gisele et al. (Org.). **A Música na Escola**. São Paulo: Editora Allucci & Associados Comunicações, 2012.

MORIÑA, A. **Teoria e pratica da educação inclusiva**. Archidona: Cisterna, 2004.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 02/2003**. Disponível em <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/pontagrossa/arquivos/File/Documentacao/Del0203.pdf>> Acessado em 20/08/2014

SANTOS, S.V. e CAVALHEIRO, L.G. **Síndrome de Sturge-Weber**: relato de caso dos achados da avaliação fonoaudiológica. Ver. CEFAC, Fev 2010, vol.12, n.1,p.161-170.

SILVA, C. da. **Síndrome de Sturge-Werber**: Relato de Intervenção Psicopedagógica. Trabalho Final do Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Universidade de Brasília, 2013.

SOARES, Lisbeth. O uso de materiais adaptados nas aulas de música. In: Encontro Arte para todos. São Paulo: UNESP, 2010. CD-ROM.

SOUZA, Jusamara. (Org.). **Música, cotidiano e educação**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS, 2000.